

ATA Nº 105/2017 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia dezenove de outubro de 2017, nas salas 06 e 07 do 13º andar, da Cidade Administrativa, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução pacífica dos conflitos no município de Ipaba: Paraíso (área das empresas Terraço e Service), Motocross (área do Município de Ipaba), Baixada de Angola (área da Associação das Empresas da Microrregião do Vale do Aço), Córrego da Ascensão (área da Cenibra), Córrego da Sementeira (área da Cenibra) e Macuco (área da Cenibra).

Participantes conforme lista de presença anexa.

As Brigadas Populares e os moradores das ocupações explicam que são várias ocupações com processos distintos, que agora foram unidos em um só. Informam que é uma área de expansão urbana. Acreditam na necessidade de convidar a prefeitura para uma conversa sobre suas responsabilidades. Reclamam que os moradores não foram citados e não deram a oportunidade do contraditório nos processos. Informam que há reunião com a Polícia Militar agendada para o dia 24/10/17. Reforçam que a Prefeitura Municipal de Ipaba não está comprometida com a disponibilização de políticas públicas e com a situação habitacional dos moradores.

1. Córrego da Ascensão – informam que 37 famílias residem na área de aproximadamente 17 hectares desde 2012, mas no terreno há posseiros que moram há mais tempo. Apresentam o mapa com a localização das ocupações. Esclarecem que as APPs – Áreas de Preservação Permanente não eram devidamente tratadas. Explicam que um laudo foi feito e entregue ao juiz. Informam que já alegaram que não foi feita audiência de conciliação e lembram que o juiz se recusou a receber o advogado para despachar.

2. Baixada de Angola – esclarecem que são 50 hectares que abrigam 135 famílias cadastradas, mas aproximadamente 50 moram atualmente na ocupação (segundo os moradores, nem toda área está ocupada). Explicam que são, em sua maioria, desempregados, inscritos no Bolsa Família, com renda inferior a um salário mínimo. Informam que a proprietária do imóvel alega que aquela seria uma área para construção de um centro industrial. Lembram que estão inserindo no processo uma carta do ex-prefeito informando sobre como aconteceu a ocupação e a incapacidade de realizar a construção do empreendimento. Reforçam que querem diálogo, mas as empresas se recusam. Contam que desde 2001 a empresa não paga o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, que é pago por alguns moradores.

A coordenação da Mesa de Diálogo informa que é necessário analisar os processos e fazer contato com as empresas e prefeituras envolvidas para tentar uma negociação que possa solucionar pacificamente os conflitos. O Desembargador Alberto Diniz informa que vai levantar a real situação jurídica das ocupações.

Esclarece que se deve verificar se houve alguma conversa com o Ministério Público, com a Prefeitura Municipal de Ipaba e com a Cenibra (se o acordo feito anteriormente, conforme informado pela Seda, foi cumprido).

Ao final da reunião foram acordados os seguintes encaminhamentos:

- A Mesa de Diálogo fará contato com as empresas e prefeituras envolvidas para tentar uma negociação que possa solucionar pacificamente os conflitos
- O Desembargador Alberto Diniz analisará a real situação jurídica dos processos relacionados às ocupações